

ESPAÇO, CULTURA E HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES SOBRE A CIDADE NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX – O CASO DO RECIFE

Sylvia Costa Couceiro*

Introdução

Para contar as histórias de uma cidade, precisamos não apenas caminhar por suas avenidas e becos, mas conhecer, também, o que pensavam seus habitantes sobre ela. Conforme ressaltou Calvino com relação a *Tâmara*, compreender uma cidade significa mais que repetir nomes de ruas, informar sobre locais e datas, sob pena de cairmos numa armadilha: “O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando *Tâmara*, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.” (CALVINO, 1990:18).

Enquanto observamos o cenário da cidade procurando desvendar suas histórias, percebemos que ela se oculta atrás das

pessoas, dos sonhos, desejos e temores de cada um dos seus habitantes, pois “cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares.” (Idem,34).

Tentar compreender a cidade é perceber que ela não tem apenas um significado, é constatar que sua história é feita de invenções e reinvenções, é entender que ela congrega, numa só, várias cidades. Ao historiador, resta contentar-se em narrar fragmentos dessa história, *flashes* que são capturados a partir de pistas e sinais que revelam apenas parcialmente os seus segredos.

Nas primeiras décadas do século XX, com a chegada da modernidade ao país, vai-se esboçando uma nova visão de urbanidade e dos significados do “viver na cidade”. A ima-

Espaço, cultura
e história:
representações
sobre a cidade
no Brasil do
início do século XX
– o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

*Doutora e Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

gem concreta da cidade de tijolo e cal ganha novos contornos com a transformação dos aspectos físicos e estéticos expressos num panorama renovado. A imagem/representação, constituição de um imaginário sobre si mesma, é montada a partir “do habilidoso esforço de revelação/ocultamento operado, tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua), quanto pelas imagens metafóricas (imagens da literatura, da medicina, da engenharia, etc)”. (PECHMAM, 1992:36). Segundo Walter Benjamin(1994:233), existiria uma representação fantasmagórica da cidade grande, “com poder suficiente sobre as imaginações para que, na prática, jamais seja questionada a sua exatidão, representação criada peça por peça (...) e bastante difusa...”.

Benjamin fez dessas sensações ambíguas em relação à cidade seu principal tema de estudo. Ao analisar a obra de Baudelaire na Paris do século XIX, discute as emoções contraditórias que a cidade grande inspirava no homem: medo e pavor, prazer e liberdade. A civilização que aprisionava, a multidão amorfa que se acotovelava rápida e indiferente nas calçadas, a fumaça escura das chaminés, o ruído insuportável das ruas, a velocidade e os novos ritmos da vida mesclavam-se com uma inigualável sensação de liberdade: “Ó noite! Ó refrescantes trevas!... nos labirintos pétreos de uma capital, cintilação de estrelas, explosões de lâmpões, sois o fogo de artifício da deusa Liberdade!”. (Ibidem: 208). A paisagem da cidade enfeitiçava: intensa e sedutora, mas, ao mesmo tempo, repugnante e opressora. Essas emoções foram partilhadas por indivíduos das mais diferentes partes do mundo entre os finais do século XIX e início do XX, com o processo de expansão urbana e a chegada da modernidade.

Na tentativa de captar algumas dessas representações sobre a cidade do Recife, utilizamos como fonte documental os editoriais, artigos e crônicas das principais revistas semanais que circulavam nos anos 20: *Rua Nova*, *Revista da Cidade* e *A Pilhéria*. Além das falas dos jornalistas e literatos,

alguns depoimentos de autoridades políticas e sanitárias compõem o universo dos documentos explorados.

Por outro lado, e na medida do possível, serão também analisadas as práticas socioculturais empregadas pelos habitantes da cidade na busca de uma convivência ou resistência às determinações que se tentavam estabelecer a partir de um novo projeto de cidade que se implantava. Mediante o conhecimento e exame dessas práticas que, muitas vezes, fugiam à compreensão e ao poder dominador das autoridades e instituições, se abrirão novas possibilidades de entender melhor os diferentes significados da cidade para os diversos grupos que habitavam o Recife.

Segundo Roger Chartier, um dos principais objetos da história cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1988:16-17). Um dos caminhos que levam à consecução dessa tarefa relaciona-se, segundo ele, “às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço pode ser decifrado”.

Considerada conceito básico da história cultural, a noção de *representação* implica uma relação dúbia entre ausência e presença, permitindo articular três formas de relação com o mundo social: inicialmente, o trabalho de classificação e recorte das múltiplas configurações intelectuais por meio das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; em seguida, as ‘práticas’, formas de exibição do ser social, que visam a fazer reconhecer uma identidade social, simbolizando uma posi-

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do início do século XX – o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

ção e uma maneira própria de se colocar no mundo; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas, graças às quais instâncias coletivas ou indivíduos estabelecem, de forma clara e perpétua, a existência do grupo, comunidade ou classe.¹

De acordo com Chartier, essas percepções do social não constituem discursos neutros, uma vez que engendram estratégias e práticas que buscam estabelecer autoridades, formas de controle, validando e justificando projetos reformadores ou condutas e posturas individuais. Dentro dessa perspectiva, o conceito de *representação* coloca-se num espaço de disputas e conflitos, cujos desafios se exprimem em termos de poder e dominação.

Partindo da cidade como um conjunto de representações, podemos tentar compreender mais sobre o Recife nos anos vinte. Esse esforço busca perceber a cidade como real por meio da "*leitura de suas imagens*" ou de suas representações, considerando essas representações como parte integrante daquilo que chamamos realidade.²

Nessas representações sobre o Recife, apareciam inúmeras cidades. Grupos diferentes, percebiam-na de forma diversa, algumas vezes oposta, na tentativa de consolidar projetos, fixar poderes, estabelecer controles e espaços de dominação. Assim, imagens da cidade, construídas a partir de qualificações como suja ou limpa, perigosa ou segura, bela ou feia, variavam de acordo com os produtores ou consumidores do espaço.

As representações dos lugares e das sociabilidades que a cidade abrigava podem apresentar-se de forma contrastante e ambígua. Ela pode significar, para seus contemporâneos, magia, sedução, centro da intelectualidade e do progresso, mas pode também se constituir enquanto espaço ameaçador, inseguro, inspirando representações conflitantes de fascínio e medo, de atração e repulsão, de encantamento e decepção, que, às vezes, coexistiam no mesmo indivíduo. (PESAVENTO, 1995).

Sonhos, medos e ilusões diversas preenchem o imaginário em torno do Recife. Para alguns, era a cidade igualitária, cheia de oportunidades de trabalho e de novas chances para os que vinham de fora, sobretudo os que fugiam do trabalho no corte da cana ou das secas do sertão. Era também a cidade dos divertimentos e novidades, com seus vários cinemas, grande movimento teatral; jogos de futebol, corridas de cavalo, regatas, festas religiosas e outras diversões que agitavam as ruas. Polêmicas culturais entre intelectuais e escritores, conferências e recitais, os inúmeros jornais e revistas que circulavam, além da Faculdade de Direito, a Escola de Medicina e a de Engenharia transformavam-na na Capital cultural do Nordeste. Era a cidade pobre e miserável dos mendigos do Pátio do Carmo, das prostitutas da Rua das Trincheiras, dos becos e ruelas sujas; e a cidade progressista e moderna, com seu Porto reformado, ritmo de vida que se acelerava, população crescente e novidades que se incorporavam ao cotidiano dos seus habitantes. Cada um procurava construir a cidade dos seus encantos e desejos. Muitas expectativas, várias imagens, vários Recifes.

Nas primeiras décadas do século XX, quando as transformações na produção, o crescimento do número de habitantes das cidades brasileiras e a consolidação do regime republicano intensificaram planos e projetos de modernização e melhoramento para algumas cidades do país; quando o discurso higienista de médicos, sanitaristas e reformadores ganhava força, iniciava-se a construção de uma representação diferente para o Recife.

Aos poucos, começava a aparecer diante dos olhos de parte dos moradores uma cidade que crescia, cujos espaços mudavam de fisionomia, enfim, um Recife que, para eles, aderiu ao progresso. As epidemias, a insalubridade, a falta de infra-estrutura, as ruas estreitas e os becos, os animais pelas ruas continuavam a existir, mas as sensações e elaborações resultantes das trans-

Espaço, cultura
e história:
representações
sobre a cidade
no Brasil do
início do século XX
— o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

formações empreendidas nas primeiras décadas do século XX, como a reforma do Porto e do Bairro do Recife, a implantação do plano de esgotamento sanitário do Engenheiro Saturnino de Brito, e algumas outras melhorias na infra-estrutura e embelezamento realizadas na cidade faziam com que boa parte dos seus habitantes procurasse representar o Recife como uma cidade moderna, progressista e civilizada:

"O Recife civiliza-se... dizia-se, anos atrás, à boca cheia, os olhos atônitos ante as avenidas que se abriam, amplas e retas, ante o bonde elétrico que surgia aposentando os exatos muares pachorrentos, ante os primeiros automóveis silenciosos e ante as primeiras fitas americanas. Recife moderniza-se... diz-se hoje, pela agitação crescente de vida, pelo bulício alarmante das ruas, pelo perigo do automóvel, pela licenciosidade das modas, pelo americanismo dos costumes e pelo afã de fortunas rápidas, elétricas... Recife já não é mais aquela Recife dos combustores de gás carbônico, dos bondezinhos movimentados por muares (...). Recife tem hoje o aspecto de quem andou a tomar banhos de civilização". (A PILHÉRIA, 1926).

Na construção e consolidação dessa representação de cidade moderna, atuaram não apenas arquitetos, urbanistas, médicos sanitaristas, técnicos e burocratas. Pertencentes à elite dirigente, esses profissionais projetavam, discutiam e implementam os equipamentos urbanos, intervindo mais diretamente no espaço físico, na tentativa de construir na prática a cidade desejada. Segundo Sandra Jatthy Pesavento, haveria uma outra categoria importante nesse processo, a dos chamados "*leitores especiais da cidade*." Eram intelectuais, cronistas, jornalistas, fotógrafos e pintores que, com seu "olhar educado" e percepção, passavam por meio de crônicas, fotografias, pinturas, a imagem da "nova cidade."

A população anônima, o habitante comum da cidade, longe de serem simples consumidores das construções desses grupos, metabolizavam as "*atribuições e designações*

referentes a espaços e vivências e depois formulava suas próprias elaborações simbólicas". (PESAVENTO, 1995:283). Roger Chartier denomina esse processo de *apropriação*.

Noção central para a história cultural, o conceito de *apropriação* proposto por Chartier destaca a pluralidade dos empregos e das compreensões, a diversidade das leituras e a liberdade criadora do indivíduo ou grupo. Diferentemente do sentido colocado por Foucault, que enxerga "*a apropriação social dos discursos*" como um procedimento mediante o qual os discursos são dominados e confiscados por indivíduos ou instituições que terminam por deter o controle sobre eles, Chartier acredita que a partir da *apropriação* são construídos historicamente sentidos, significações, interpretações: "*A apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem*". (CHARTIER, 1991:180).

Pela precariedade das fontes, muito pouco podemos detalhar acerca das elaborações e do imaginário de cidade construído por alguns desses grupos, ou pelo que Michel de Certeau (1994:57-58) chamou de "homem ordinário." Os "*homens comuns, personagens disseminadas, caminantes inumeráveis... multidão de heróis quantificados que perderam nomes e rostos*", que passavam anônimos pelas ruas e praças reformadas para perambular, trabalhar, conversar, pedir esmolas ou descansar, pouco deixaram registrado sobre as suas representações da cidade, uma vez que sua principal prática de transmissão do conhecimento se fazia sobretudo por meio da oralidade, registro que se perde com mais facilidade no tempo.

No entanto, a reação dos habitantes da cidade diante das normas e posturas disciplinadoras instituídas pelas autoridades municipais, as reclamações dos jornais acerca do comportamento das camadas populares, alguns relatos, sobretudo das colunas policiais, sobre práticas cotidianas desses grupos,

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do início do século XX – o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

sobre as festas populares e manifestações de rua, acontecimentos singulares que quebravam a rotina da vida da cidade podem nos auxiliar a reconstituir vestígios das representações coletivas de uma "outra" cidade.

Esse "homem comum", apossando-se dos novos espaços construídos da cidade, reelaborava funções, transformando os objetivos propostos inicialmente nos planos de reforma urbana e modernização. Por meio da apropriação e recriação das representações circulantes, eles atribuíam valores diferentes que podem, em alguns momentos, ser captados por uma análise dessas fontes indiretas. Se, por um lado, a documentação utilizada neste trabalho reflete mais a opinião de grupos pertencentes às elites políticas e intelectuais, com acesso privilegiado a jornais, revistas, documentos oficiais escritos, por outro, não deixa de nos dar uma idéia acerca das múltiplas visões que existiam da cidade nesse período.

Na estruturação do imaginário da cidade moderna, as reformas realizadas no início do século XX, como a abertura de largas avenidas, o saneamento básico, a retirada das populações pobres do centro, *"eram práticas sociais ligadas ao conceito de cidade moderna e de civilização; exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas, que se impunham diante da necessidade de 'ser' e 'parecer' moderno"*. (PESAVENTO, 1995:282). Mesmo que o processo de renovação urbana em curso no Recife não se aproximasse do que ocorria em metrópoles como Paris, Londres ou Rio de Janeiro, mesmo que se resumisse a alguns elementos, esses eram convertidos em emblema, em representação simbólica da modernidade, fazendo com que parte da população vivenciasse as mudanças como uma espécie de passaporte de acesso à modernidade.

Assim, podemos compreender como o Recife nos anos vinte, era referida pelos contemporâneos como a *"vanguarda das grandes cidades progressistas"*, *"cidade febril e tumultuária"*, onde havia um *"frisson de progresso, um desejo de correr"*.

*"A cidade, nossa formosa urbs maurícia, entrou, definitivamente, numa era auspiciosa de progresso, talvez um pouco febril e tumultuária, mas, em todo o caso, duradoura e referida das mais legítimas esperanças, que a está singularizando lá fora, vitoriosamente, como a terceira capital do Brasil, não só pela cultura intelectual, como ainda pelo seu adiantamento material que por toda a parte se estadeia numa afirmação magnífica de vitalidade triunfante."*³

Inspirada na obra Madame Bovary, de Gustave Flaubert, Pesavento argumenta que havia na elite nacional uma tendência ao "bovarismo", o que influenciou fortemente na construção do imaginário de cidade que se montava na época das reformas urbanas. A capacidade de enxergar-se segundo a identidade desejada e de dar consistência à representação, à tendência a deixar que o simbólico destruísse as fronteiras entre o real e o imaginário, enfim à inclinação a uma certa teatralização da vida resultou num processo de construção de um imaginário em que o traço, o detalhe, o pormenor assumiram o caráter do geral, do todo, do universal. (PESAVENTO, 1997) Nesse sentido, as reformas do Porto e do Bairro do Recife foram convertidas em emblemas da modernidade, desempenhando o papel de representação simbólica de um sonhado "novo tempo". Havia, portanto, a projeção da cidade imaginada sobre a cidade real. Do ponto de vista da história cultural, o que interessa analisar é que a "cidade do desejo", tendo ou não sido realizada, *"existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e quis concretizar."* (Ibidem: 284).

Para alguns, o Recife era uma cidade moderna, que festejava as novidades, admirava os progressos da técnica, tentava seguir o modelo da França, os modismos do cinema americano, movimentada e inquieta como os novos tempos. Na tentativa de fortalecer as idéias modernizadoras, de estabelecer o domínio sobre os espaços da cidade, de fixar novos códigos de conduta, reforçou-se na época a representação de uma cidade

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do início do século XX - o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

civilizada, moderna, em consonância com o progresso. Em editorial da *Revista Rua Nova* intitulado "Modern girl", pode-se sentir o quanto alguns desejavam esse Recife.

"Recife é uma cidade criança. Criança ultra-século, amante das modas, dos namoros e de tudo aquilo que os de hoje chamam de "snobismo." É uma cidade que corta os cabelos "a la garçonne", faz "footing", toma os chás elegantes da "Bijou", frequenta o "Moderno", não perde temporadas do "Santa Isabel" e do "Parque", e vive sempre a cuidar de mil trivialidades, sempre bisbilhoteira e galante (...). Recife cada dia que passa, evolui e civiliza a sua alma de moça provinciana. Dizem até que ela já adora os êxtases da cocaína e dança "shimy" nos salões elegantes, mas isso é uma calúnia; ela não chegou a tais excessos. Recife (...) não passa de uma criatura sentimental, olhos grandes e negros, cabelos enfeitados de flores, imersa em sonhos românticos. Agora que ela começou a viver, assim, tumultuária e irrequieta, como deve ser, exatamente uma donzela da sua idade." (1924:1).

No artigo, a cidade passa a ser identificada com uma série de comportamentos e práticas ligadas às elites: moda, diversões e outros hábitos tidos como adequados e compatíveis com os padrões desses grupos. O Recife parecia viver em permanente estado de festa. Numa visão ambígua, o editorial, ao mesmo tempo em que reforçava a idéia de que a cidade já assumia procedimentos e atitudes referentes à idade adulta, como se a modernidade já se houvesse consolidado, comparava o Recife a uma criança, com longo caminho a percorrer pela frente, que estava apenas começando a viver os "novos tempos".

Identificava-se a cidade a uma jovem donzela, atribuindo-se a ela as qualidades femininas da época que mais impressionavam o autor: a beleza, a ousadia, a inquietação e a sensibilidade. O artigo conclui realçando a idéia de que, apesar de ter aderido às novidades, algumas consideradas até extravagantes, o Recife, tal qual donze-

la, não havia "perdido a pureza", ou seja, a marca que ele considerava fundamental: o romantismo e o sentimentalismo.

A imagem de um Recife letrado, pólo intelectual e cultural, uma cidade que vivia em movimento constante, interessada pela arte e outras expressões intelectuais, constituía mais um atributo, mais uma faceta que compunha e reforçava a representação da cidade moderna.

De acordo com um editorial de 1926 da revista *A Pilhéria*, o "Recife tem hoje, o aspecto de quem andou a tomar banhos de civilização. E isso se evidencia melhor quando a gente nota (...) que o público da cidade já se vai interessando pelos assuntos de arte, prestigiando as iniciativas artísticas de meia dúzia de aficionados que lutam pela vitória das manifestações de inteligência. (...) O nosso povo se educa, olhando um pouco, com interesse, para o que se escreve, para o que se diz, para o que se conta, para o que se harmoniza em relação à cultura da cidade". (p.238).

Portanto, as representações que reforçavam a imagem de uma cidade civilizada e progressista incluíam uma série de requisitos, que iam, desde mudanças no aspecto físico, como a renovação e embelezamento dos espaços públicos, a implementação de planos viários, obras de caráter higiênico-sanitário e a introdução de meios de transporte e comunicações, até a adoção por seus habitantes de novos ritmos de vida e diferentes práticas culturais associados ao cosmopolitismo, como a ida ao cinema, os recitais musicais e as reuniões literárias, o *footing*, o teatro, os esportes ao ar livre, os trajes da moda, os passeios de automóvel, os banhos de mar, o *five o'clock tea*, além de inúmeras outras.

As representações do Recife moderno, transmitidas pelos jornais e revistas da década de 1920, eram ambíguas e contraditórias, assim como o próprio Recife e como os desejos que cada sujeito tinha acerca da "sua" cidade. Por mais esforço que alguns intelectuais fizessem para demonstrar o progresso e a civilização da "Alucinada Mauricéa" - como

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do início do século XX - o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

alguns simpatizantes das idéias modernistas a chamavam, numa alusão à obra de Mário de Andrade "Paulicéia Desvairada" - para confirmar que seus hábitos se refinavam, que seguiam o figurino francês, o espetáculo cotidiano das ruas deixava à mostra os contrastes e a diversidade da cidade.

Assim, o discurso oscilava entre a visão de uma cidade moderna, adaptada às novidades, e a de um "provinciano e atrasado" Recife, onde ainda imperavam comportamentos e paisagens considerados incompatíveis com os novos tempos: "A cidade se espelhava em milhares de olhos, em milhares de objetivas." (BENJAMIM, 1994:197)

As imagens de um Recife antigo, recheado de casarões seculares, que seguia hábitos herdados do passado colonial, apegado às tradições, apareciam ora cercadas de comentários negativos, que associavam suas dificuldades de modernizar-se à falta de educação do povo, a comportamentos tidos como inadequados, a aspectos físicos e estéticos considerados atrasados, como a paisagem de algumas ruas ou mesmo os sobrados antigos, ora permeadas por uma aura poética, saudosista, que lamentava a perda de alguns elementos marcantes da cidade com as mudanças.

Esse Recife antigo, representava, para alguns, o grande obstáculo à modernização e incorporação de novos hábitos. Estabelecia-se nesse discurso uma espécie de oposição, de antagonismo entre o antigo e o moderno.⁴ Os habitantes da cidade, sobretudo as camadas populares, eram vistos como destoantes, como peças que não conseguiam se encaixar no quebra-cabeça que representava esse Recife moderno:

"O leitor já sentiu o suplício de viajar no último banco do bonde entre um moleque fumador e uma cabocla puxada, a tresandar um perfume esquisito, desagradável? Pois eu ontem (...) só logrei alcançar um lugar no bonde, ao último puxada, naquela companhia intolerável: de ver moleque pernóstico, de gafarinha agressivo, a deitar para o ar as baforadas de um cigarro ordinaríssimo, tendo do outro lado uma

cabocla rechonchuda, vexada de calor, a aumentar, para meu desespero, o perfume esquisito que andou perto de me intoxicar todo o sangue, todo o cérebro, toda a alma. Nunca mais tomarei lugar no último banco dos bondes nunca mais!" (A PILHÉRIA, 1926).

O estranhamento quanto a códigos de comportamentos diversos e às diferenças sociais aparecia destacado com cores fortes nesse momento. Censura e recriminação, marcavam esses discursos que tentavam homogeneizar hábitos, impor regras, disciplinar condutas consideradas incompatíveis com a vida numa cidade progressista, refletindo as disputas pelo espaço público, os conflitos de origem socio-cultural, a luta pelo domínio da cidade.

Os depoimentos de cronistas e jornalistas e as reclamações de leitores em jornais e revistas sobre o comportamento dos habitantes da cidade em locais públicos mostram que, na avaliação dos grupos de elite, os habitantes do Recife, sobretudo os pertencentes às camadas populares, deixavam muito a desejar em termos de educação, "bons modos" e cortesia, considerados pontos básicos do convívio para os modernos e civilizados habitantes das cidades: "Não é nenhuma outra. É a nossa, a terra dos contrastes. Nos bondes lêem-se anúncios berchantes avisando que é proibido cuspir nos mesmos. Não há, entretanto, um carro da Tramways que não seja uma verdadeira escarradeira. É também proibido subir ou descer nos bondes em movimento. Todos os dias, quase, morre gente sob as rodas dos carros ou com a cabeça de encontro aos postes". (REVISTA DA CIDADE, 1926:2).

O Recife seria uma terra de contrastes, onde conviviam novas formas de transporte e comunicação - requisitos de uma cidade moderna - com procedimentos tidos como incompatíveis com tal representação. Comportamentos como o de Seu Costa, que desafiavam todos os preceitos de civilidade e higiene, eram motivos de duras críticas:

"Ele entrou no bonde (...), sacou do bolso do casaco um palito de dente, limpou

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do início do século XX - o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

as unhas que pecavam contra os mais comezinhos princípios de higiene (...), e depois, num gesto naturalíssimo, denunciando o hábito, fez nos dentes largos a mesma escavação sanitária, num irritante menosprezo à sensibilidade higiênica dos outros passageiros. E guardou o palito com a mesma pachorrenha calma". (Ibidem).

As representações de um Recife atrasado, que não conseguia acompanhar o ritmo dos novos tempos, freqüentemente estavam identificadas aos hábitos e comportamentos tradicionais da população. Segundo um indignado leitor da revista *A Pilhéria* (1926), era difícil considerar moderna uma cidade que a despeito da "telegrafia sem fio, da aviação, cortando os ares nos raids de circunavegação, e do telefone, os sinos das igrejas da cidade [teimam em] tocar alarme pelo simples fato de o prédio do sr. Fulano ou do sr. Sicrano estar ardendo em chamas (...)." Continuando seu discurso, o inconformado colaborador da *Pilhéria* ressaltava "que antigamente se usasse desses processos, quando não havia outros meios de aviso, de alarme, admite-se (...). Mas hoje, não! Hoje temos um corpo de bombeiros aparelhado, temos tudo. O sr. Chefe de Polícia (...) está no dever de por termo a essa tradição desoladora. Porque é uma tradição que depõe do nosso adiantamento." (Ibidem, 1927)

A permanência de práticas como essas parece demonstrar que parte dos habitantes da cidade resistia às mudanças impostas pelos novos tempos ou, por outra, que reinterpretava, a seu modo as normas que grupos de elite tentavam implantar. Enquanto se buscava construir a imagem de um Recife moderno, os sinos teimavam em badalar sem cessar, dando notícias do que ocorria na cidade, as famílias compartilhavam os bancos dos bondes com trabalhadores e continuavam a presenciar cenas que consideravam intoleráveis.

As insistentes reclamações nos periódicos sobre a inadequação dos moradores do Recife aos costumes considerados civilizados, como fumar nos bondes, palitar os den-

tes em público e outros, mostram não apenas o quanto esses comportamentos perturbavam as elites, mas expõem um outro lado da disputa que se estabeleceu nesse momento entre ordens de comportamento e padrões de vida diversos.

Desafiando os códigos que estavam sendo estabelecidos, o "homem comum" escapava, dessa forma, às conformações impostas, na medida em que se apropriava de espaços cujos usos deveriam ser restritos, adaptava-os ao seu modo de agir, insistindo em repetir comportamentos fora dos parâmetros que estavam sendo instituídos. Essas astúcias e táticas inventivas comporiam, segundo Michel de Certeau, a rede de uma antidisiplina. São "maneiras de fazer" que, majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de "resistências" ou de inércias. Essas artes de fazer diferentes fundam microliberdades que questionam a ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, criando um movimento que o autor denomina de "inversão e subversão pelos mais fracos."

A análise dessas práticas cotidianas, das operações realizadas pelo "homem ordinário", supostamente entregue a atitudes de disciplina e passividade, é fundamental, uma vez que mostra que "a presença e a circulação de uma representação não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários." A apreensão dessas práticas e a percepção do seu conteúdo contestador trazem à tona procedimentos populares que jogam com os mecanismos do poder e da ordem, com as representações que lhes são colocadas, alterando-os e mostrando uma contrapartida aos mesmos. (CERTEAU, 1994).

Em alguns momentos, pode-se perceber também, a partir do testemunho dos que escreviam semanalmente nas revistas, um sentimento dúbio, permeado de certo tom de saudosismo em relação a esse Recife antigo e aos hábitos que teriam ficado perdidos em um tempo passado. Nem sempre os que expressavam tais representações

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do início do século XX - o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

eram resistentes ao progresso ou se apresentavam como inimigos das transformações advindas da modernidade. O dilema entre o desconhecido que o futuro representava e a segurança do já vivenciado e experimentado estava expresso nos poemas e escritos da época, demonstrando posturas paradoxais de celebração e luta diante do que "o novo" representava.

Alimentando-se dessas "forças ambíguas e paradoxais, originando uma sociabilidade repleta de hibridismos, o desejo pelo novo articulava-se com o apego ao velho, assim como o cosmopolitismo com hábitos e valores tradicionais." (JULIÃO, 1996:67) Assim, o discurso de alguns intelectuais refletia certa decepção em relação às mudanças aceleradas, apesar de parte deles, conforme ressaltamos, serem entusiastas do progresso e da modernização, como o poeta Austro Costa, adepto das idéias modernistas:

"Esta cidade gostosa e linda esta pobre, esta fútil, ruidosa e engraçada cidade de agora (...)

Esta alegre (coitada) esta triste cidade (...)

Já não tem alma

Já não sabe amar (...)

Ó cidade de outrora!

Passional, brava, romântica cidade (...)

Cidade doce, ingênua, matriarcal (...)

Que diferença a cidade de agora!

Nem serestas, nem amor (...)

Nem poetas boêmios compondo poemas às musas tímidas nos jardins públicos, nas praças tristes,

À luz do luar!...

Amor, ternura, paixão de agora...

Que diferentes, ai! Que elas são!

Amor veloz, cheirando a USGA...

Fácil paixão de DERRAPAGENS...

Câmaras de ar em vez de coração (...)".

A imagem de uma cidade que, apesar de "linda, gostosa e engraçada", havia perdido uma característica fundamental: a alma, preocupava o autor. Representado com saudosismo, o Recife antigo aparecia no poema como uma cidade que inspirava coragem,

mas ao mesmo tempo ingenuidade e romantismo. Transferindo para a cidade características e sensações humanas, como se ela tivesse um caráter próprio, o autor refere-se a alguns aspectos da modernização como responsáveis pela perda da 'personalidade original' do Recife, cuja característica marcante seria a forma de amar. Algumas práticas, que o autor considerava desaparecidas em um tempo passado, como a seresta ou a boemia, deixavam a cidade à mercê de um novo tipo de amor; um amor marcado pela presença de um dos principais símbolos da época: o automóvel. Esse ícone da modernidade acabava por associar ao amor as sensações e ritmos de um presente veloz e fugaz.

Era o preço que se devia pagar pelo progresso. Alguns lamentavam saudosamente as perdas; outros, inseguros diante do desconhecido, amedrontavam-se com tantas novidades: "E, na vertigem da vida, afundem-se os bons costumes, desapareçam as nossas melhores tradições, percamos o equilíbrio da própria vida." (Ibidem, 1927:2) Essas eram as contradições de uma fase de transformações mais intensas, demonstrando que mesmo entre aqueles que estimulavam as mudanças imperavam dúvidas e incertezas diante de tantas alterações que atordoavam e quebravam o ritmo conhecido da vida cotidiana do Recife.

Alguns habitantes da cidade, mais resistentes e contrários às mudanças que nela operavam, insistiam em observar por trás do cenário moderno das construções ecléticas e espaços reformados, descrito com expressões depreciativas, como "amatutado e sem gosto", sobrevivências do que se considerava "a atraente e tradicional velha cidade." O discurso do progresso e do novo como algo negativo, que trazia apenas perdas e prejuízos, também tinha espaço na década de vinte:

"O largo da Penha, ponto de ligação dos bairros de Santo Antônio e São José, pelo seu movimento, é um dos lugares mais atraentes do Recife. Atraente e tradicional dessa velha Mauricéa, apesar das reformas e do afã de tudo imitar, - tão

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do Início do século XX - o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

burguesa, tão sem gosto, amatutada... Esse pátio, antigamente, cheio de velhas africanas de argolas de ouro e vestidos berrantes, a venderem munguzá, peixe frito e tapiocas, passou também pela reforma. As negras pesadonas, de linguagem arrevezada (...) yayás do caruru, do vatapá e da canjica, saborosa e convidativa, desapareceram também". (A PILLHÉRIA, 1925).

Ao lado de todos esses Recifes, estava também a representação de um Recife pobre, das populações de desocupados que vagavam pelas ruas, dos mendigos e prostitutas, dos mocambos. Era uma cidade miserável, de perigos noturnos, de vergonha e imoralidade.

Ao chegar a cidade ao decênio de 1910, quando se iniciavam as reformas do Porto e do Bairro do Recife, o menino Gregório Bezerra observou, logo no desembarque na Estação das Cinco Pontas, a face de uma cidade pobre e sofrida:

"Ali mesmo, na estação, vi uma porção de gente doente pedindo esmolas. Uns aleijados, sem pernas, outros sem os braços. Outros cegos. Muitos cheios de feridas. Muitos velhos estendendo as mãos sujas, magricelas e trêmulas, implorando uma esmola pelo amor de Deus (...). Fiquei frustrado com a cidade encantadora de minhas ilusões." (BEZERRA, 1980:98).

Nas ruas desse Recife perambulavam crianças e desocupados, mendigos faziam ponto nas calçadas, prostitutas esperavam clientes, "malandros" e gatunos aplicavam golpes nos incautos, jogadores e boêmios madrugavam pelas estreitas vielas e becos escuros. Era a representação de uma cidade ameaçadora, que fugia ao controle das autoridades dirigentes e intimidava as elites: "*Quem desembarca nesta grande capital e a percorre na sua zona mais importante, fica logo desagradavelmente impressionado com três espetáculos que, comumente, só se observam nas cidades de quarta ordem: o jogo sem freio, sem peias; o meretrício desabusado, e a mendicidade florescente espalhada pelas ruas. É o que, desgraçadamente, aqui*

se vê nas nossas principais artérias. E crescem a cada dia, asavas vindas não sabemos donde, na maioria vadios de perfeita saúde (...). Ninguém os vigia, ninguém impede a proliferação dessa fauna vergonhosa." (JORNAL DO RECIFE, 1926:3).

A imagem de uma cidade dominada por impulsos negativos e criminosos, por indivíduos fora da lei, que não se submetiam às normas de conduta e disciplina exigidas, reforçava a idéia da necessidade de maior fiscalização e vigilância por parte das autoridades e instituições, bem como o uso de mecanismos de controle mais eficazes, incluindo a força, no sentido de garantir a ordem e regular os comportamentos. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1987) mostra que, além desses aparelhos formais e instituições que exercem o poder, procedimentos técnicos minúsculos atuantes sobre o cotidiano dos indivíduos redistribuíam o espaço para transformá-lo no operador de uma vigilância generalizada. No entanto, sua análise privilegia o aparelho produtor da disciplina, praticamente emudecendo e imobilizando o indivíduo. Se, por um lado, é verdade que essa rede disciplinar e de vigilância se estende por toda a sociedade, se ela é tão bem estruturada como mostrou Foucault, é necessário descobrir por que ela não consegue submeter e reduzir todos os integrantes de uma sociedade aos seus ditames e determinações. É preciso analisar, conforme enfatiza Certeau, como os procedimentos populares, também sutis e ínfimos, jogam com a máquina disciplinar contrapondo às suas determinações alterando-as.

Ignorar normas, negociar com os representantes da lei, enfrentar a polícia, encontrar brechas que permitiam a persistência de atividades e comportamentos reprovados e perseguidos pelas regras instituídas, são algumas das formas encontradas pelos habitantes do Recife em resposta aos dispositivos técnicos que tentavam organizar e controlar os espaços e as práticas cotidianas.

Em sua obra *O moleque Ricardo*, José Lins do Rego mostrou a imagem de um Recife diferente daquele que se costumava ver

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do início do século XX – o caso do Recife

Sílvia Costa Couceiro

nos cartões postais e álbuns de propaganda política, que se contrapunha à imagem de um Recife cosmopolita e moderno. Era a cidade dos mocambos:⁵

"O masseiro, a mulher, e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão, coberta de zinco. Custava 12 mil réis por mês. A água do mangue na maré cheia, ia dentro da casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O mangue (...) fedia, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos (...). Os filhos de Florêncio faziam concorrência com os urubus, casca-vilhando no lixo (...). Os olhos de Florêncio e todos os olhos da casa brilhavam. A fome dava este brilho esquisito (...)." (REGO, 1999:30-31).s

O romance de José Lins do Rego, assim como outras obras e escritos do período, construíam a imagem de uma vida permeada de sofrimento e miséria, de um ambiente em que as pessoas conviviam cotidianamente com a fome e a insalubridade, ameaçadas por doenças como a tuberculose. As representações de uma vida de privação, enfermidade e morte contribuíam para intensificar as ações de políticos e instituições que, respaldadas nas idéias higienistas, buscavam exercer vigilância e controle sobre a vida dos moradores dos mocambos.

Esse discurso apoiava-se em argumentos que colocavam os mocambos como responsáveis pela miséria e péssimas condições de vida da população, transformando-os em alvo de críticas e motivo de intervenção das autoridades e políticos na vida cotidiana dos chamados "mocambeiros." Assim, pela *"insalubridade, pelo amontoado e promiscuidade que promoviam, pela vadiagem e indisciplina que abrigavam, pela concentração de atividades perigosas, tumultos, greves, crimes, brigas que propiciavam, pelas facilidades sexuais que toleravam, o bar, a rua, o prostíbulo, etc, mas também por serem 'arraial de pretos' e constantemente evocarem a fisionomia primitiva das cidades africanas"*, os mocambos do Recife foram perseguidos ao longo da década de vinte. (Apud, LIRA, 1996:151).

Nas beiras dos rios, nos mangues e alagados, em localidades como Pombal, Afogados, Feitosa (distrito das Graças), Torre, Santo Amaro, Oiteiro (freguesia do Poço da Panela), Ilha do Leite, formaram-se verdadeiras aldeias de mocambos. Segundo o recenseamento feito pelo Departamento de Saúde e Assistência, em 1923 o Recife possuía 39.026 habitações, sendo que 19.947 foram consideradas mocambos, isto é, mais da metade das casas construídas, 51,1%, contra 19.079 prédios considerados "aceitáveis." (Ibdem:139) As estatísticas mostravam que o Recife era uma cidade feita de mocambos, permitindo que essas habitações tivessem grande peso na constituição da imagem da cidade.

Em meio às acirradas discussões de autoridades e intelectuais sobre como controlar e resolver a questão, em 1920 o prefeito Lima Castro empreende a construção de uma vila operária. O plano da prefeitura era edificar 150 casas, descritas pelo prefeito como *"de alvenaria, modestas, naturalmente, porém aseadas, confortáveis, com banheiro, saneamento, água, luz e um pequeno quintal"*, que seriam alugadas a um custo módico, para trabalhadores que ganhassem um salário que correspondia na época à média do que recebia um artífice.⁶

Para surpresa das autoridades locais, depois de prontas e colocadas à disposição da população, as casas permaneceram vazias, não aparecendo candidatos a moradores. Admirado, o prefeito resolve investigar as causas do fracasso, recebendo como justificativa de um morador de mocambo o fato de as casas da vila serem muito luxuosas para suas aspirações. Inconformado, Lima Castro argumentava que os gastos com a manutenção das casas da vila eram praticamente os mesmos que os habitantes dos mocambos tinham, não compreendendo os motivos que levaram os trabalhadores a não ocuparem a vila operária. Segundo Lemos Filho (1960:149), as casas ficaram vazias *"porque não davam caranguejos como os mocambos"*.

Espaço, cultura
e história:
representações
sobre a cidade
no Brasil do
início do século XX
- o caso do Recife

Sylvia Costa Coucelro

O episódio da vila operária de Lima Castro mostra o quanto as representações sobre a cidade e seus modos de viver estavam distantes de algumas práticas sociais vivenciadas pelos seus habitantes. A falta de pretendentes a moradores da vila talvez tenha sido enigmática para os contemporâneos, mas pode ser analisada enquanto um movimento de antidisciplina, que não foi captado ou compreendido pelo sistema, por se articular segundo uma lógica diferente. No mundo claro e explícito que comandava as ações dos tecnocratas, a forma encontrada pelos moradores de mocambos para desfazer o jogo imposto aparecia como ilegível, incompreensível para os padrões socioeconômicos instituídos.

A atitude representava uma recusa ao estatuto da ordem que se estabelecia, na medida em que reconhecia como legítima e adequada uma outra forma de viver e morar que não aquela apresentada pelas autoridades locais. A explicação encontrada por Lemos Filho para responder à questão é emblemática, uma vez que a falta do caranguejo na vila operária não representaria apenas problemas com relação ao sustento alimentar da família, mas sim o desaparecimento de uma teia de relações, estilo de vida, padrões de comportamentos que estavam simbolizados na figura do animal.

A justificativa dada ao prefeito de que as casas eram luxuosas para as pretensões dos trabalhadores pode ser compreendida, não a partir do ponto de vista das relações socioeconômicas estabelecidas, como tentou fazer o prefeito, mas tomando como base um referencial diferente, que percebia a vila não como uma melhoria de vida, mas como um espaço que impunha um sistema de vida diverso do seu. Morar nesse espaço significava desarticular redes de convivência e espaços de sociabilidade, submeter-se ao

controle e poder das autoridades e a todo um sistema de vida novo, impostos até mesmo pela arquitetura e espaço interno das casas, os quais determinavam a alteração dos padrões de higiene, dos horários e outros hábitos cotidianos desses grupos.

Tal qual um caleidoscópio com suas imagens múltiplas, diversas e contrastantes, as representações da cidade apresentavam as variadas disputas e conflitos que se desenrolavam entre as práticas e representações dos seus habitantes. No entanto, a cidade não estava rigidamente segmentada e dividida como parte das elites procuravam mostrar. Se existiam diferenças culturais entre seus moradores, por vezes responsáveis por fortes reações e conflitos, isso não significava que a troca de experiências e a convivência não foram possíveis. As expressões e práticas culturais características das camadas populares, mesmo que adaptadas e recriadas, em alguns momentos puderam ser assumidas pelas elites, e vice-versa. Segmentar, separar, estabelecer categorias rígidas e divisões por vezes inflexíveis, serviriam apenas para empobrecer e reduzir a riqueza, a diversidade e as diferenças que foram características de uma época conturbada, cheia de novidades e desafios:

“Construída para funcionar como um jogo de espelhos, como se fora um reflexo imediato do real, [a representação] substitui a própria realidade. Independizando-se do seu próprio processo constituidor, a imagem, na sua pretensa tradução do real, funda nova realidade, a partir da qual, como novo campo de saber e poder, poderão rearticular-se novas formas de dominação (...). Revelar, ocultar, aí está a dialética da construção da imagem da cidade, que conduz a uma única síntese: a imagem como campo de poder e dominação”. (PECHMAN, 1992:37).

Espaço, cultura e história: representações sobre a cidade no Brasil do início do século XX – o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

Notas

¹ Para mais detalhes do conceito de representação, ver também CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados. São Paulo: USP, vol. 05, n.º 11, 1991. E, do mesmo autor, *A história hoje: dúvidas, desafios e propostas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 07, n.º 13, 1994.

² Para essa discussão, ver PESAVENTO, Sandra J. *Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano*. In: Estudos Históricos - Cultura e História Urbana. Rio de Janeiro: n.º 16, 1995, p. 281.

³ Revista da Cidade, 29/05/1926, n.º 1. *Estadear*, de acordo com o dicionário de Antônio Houaiss, significa exibir orgulhosamente, ostentar, tornar público com alarde.

⁴ A convivência entre o antigo e o moderno, sobretudo a partir das polêmicas dos intelectuais da época, foi explorada por REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, Fundarpe, 1997.

⁵ A discussão sobre a questão dos mocambos e a ordenação do espaço urbano no início do século XX pode ser encontrada em LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e*

cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado. São Paulo, Tese (Doutorado de Arquitetura e Urbanismo) – USP: 1996. Na tese há uma interessante discussão acerca das idéias de Gilberto Freyre e de outros intelectuais que de certa forma romantizavam o mocambo - ressaltando sua arquitetura com materiais locais, harmonia com o meio tropical, além das vantagens de ventilação e iluminação -, num momento em que os preceitos higienistas condenavam esse tipo de habitação, colocando-o como um dos responsáveis pelas epidemias e grande mortalidade na cidade. Sobre o assunto ver também FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937. A defesa de Freyre com relação aos mocambos está também em Sobrados e mucambos, op. cit pp. 180, 229-234, 637, dentre outras. Ver também GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza americana x mucambópolis. O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Recife: Tese (Mestrado de História) – UFPE, 1997.

⁶ O relato sobre o caso da construção da vila operária se encontra em REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, FUNDARPE, 1997, p. 38-39.

Espaço, cultura
 e história:
 representações
 sobre a cidade
 no Brasil do
 início do século XX
 - o caso do Recife

Sylvia Costa Couceiro

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II. Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197.
- _____. *Obras escolhidas III. Charles Baudelaire Um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias. Primeira parte – 1900-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 98.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia. Da Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação. Estudos Avançados*. São Paulo: USP, vol. 05, nº 11, 1991.
- _____. *A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.07, nº 13, 1994.
- _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, pp. 16-17.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1997.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza americana x mucambópolis. O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Recife: Tese (Mestrado de História) – UFPE, 1997.
- JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. In: DUTRA, Eliana F. de. (org.) *Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 67.
- LEMON FILHO, Clá do açúcar. *Recife (1911-1934)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p. 149.
- LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. São Paulo: Tese (Doutorado de Arquitetura e Urbanismo) – USP, 1996.
- PECHMAN, Robert. *Um Olhar Sobre a Cidade: Estudo da Imagem e do Imaginário do Rio na Formação da Modernidade*. In: *Cidade e História*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura/ANPUR, 1992, p. 36.
- PESAVENTO, Sandra J. *Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano*. In: *Estudos Históricos – Cultura e História Urbana*. Rio de Janeiro: n.º 16, 1995, p. 282.
- PESAVENTO, Sandra. *Da Cidade Maravilhosa ao País das Maravilhas: Lima Barreto e o Caráter Nacional*. Conferência apresentada na mesa redonda "Visões da Cidadania em Lima Barreto", no 19º Simpósio da ANPUH. Belo Horizonte: julho de 1997.
- REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1999, p. 30-31, 55.
- REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fudnarpe, 1997.